



## **Carta dos povos do Xingu para os povos Munduruku do baixo Teles Pires, do médio Tapajós e para os Apiaka e Kaiabi**

Nós, povos da bacia do Xingu estamos reunidos em Brasília, no Encontro Temático Xingu +, para discutir sobre os impactos do novo empreendimento de ferrovia conhecida como Ferrogrão que irá ligar a cidade de Sinop (MT) ao porto de Miritituba (PA).

Estamos preocupados com esse empreendimento que vai impactar diretamente as Terras Indígenas, os territórios dos ribeirinho e as Unidades de Conservação do Xingu e do Tapajós.

Os impactos são muitos. Entre os mais graves, nos preocupam: o aumento do desmatamento e da pressão sobre as nossas terras, aumento das fazendas e o consequente aumento do uso de agrotóxicos que poluem os nossos rios, a seca de nascentes, empobrecimento da floresta, o incentivo ao arrendamento das Terras Indígenas, aumento dos conflitos entre parentes e com os não indígenas, inviabilização da demarcação as Terras Indígenas ainda pendentes e o perigo de retrocessos legislativos que afetam os nossos direitos e muitos outros. Queremos que todos fiquemos alertas sobre esses impactos e permaneçamos unidos para defender nossos direitos.

Sabemos que a Ferrogrão busca atender os interesses das grandes empresas e grandes produtores de grãos, sem benefícios para os povos indígenas nem comunidades tradicionais no entorno da BR-163.

Neste processo inicial de discussão política para a construção da Ferrogrão, assim como vocês, nós temos cobrado o direito de Consulta ao governo. O governo prometeu que iria fazer a Consulta, mas já sinalizou que não tem tempo para cumprir sua promessa. Assim, queremos construir em conjunto estratégias legais e políticas para cobrar o direito de Consulta, caso não houver o cumprimento da promessa.

Já prevendo essa quebra de promessa no começo de abril, estamos elaborando documentos a serem enviados para as instituições interessadas na construção da ferrovia e para os nossos parceiros, para alertar que o governo não está levando em conta os nossos direitos. Se o processo entrar na fase de licitação sem o cumprimento do nosso direito à Consulta, continuaremos lutando e, se necessário, até na Justiça.

Em outros empreendimentos os nossos direitos nunca foram considerados e as obras foram construídas e em operação a revelia de nossos direitos. Desta vez queremos que seja diferente e que nossa voz seja escutada e respeitada desde o início do processo.

Sabemos que a Consulta Livre Prévia e Informada está garantida na Convenção 169 da OIT, que é lei no Brasil e não precisa de regulamentação para ser aplicada. Exigimos que ela seja cumprida.

Neste processo, o Ministério Público Federal tem se posicionado a favor dos povos indígenas e precisamos que continue sendo nosso aliado. Sabemos que vocês também estão lutando para que nossos direitos sejam respeitados. Por isso, precisamos nos unir e nos fortalecer entre os povos indígenas do Xingu e do Tapajós.

Para concretizar essa mobilização de união contra essa ameaça, estamos propondo que nos articulemos para construir uma agenda de encontros onde possamos discutir o problema e pensar em estratégias comuns.